

**Tradicionalismo católico em tempos sombrios:
o intelectual Galvão de Sousa e a reflexão sobre a ditadura tecnocrática**

*Catholic Tradition in dark times:
the intellectual Galvao de Sousa and a reflection on the technocratic dictatorship*

Marcos Gonçalves
UEP
paideia_mg@yahoo.com.br

Resumo: O texto procura compreender o pensamento tradicionalista do intelectual católico José Pedro Galvão de Sousa a partir de um ângulo específico: a crítica estruturada em torno dos regimes tecnocráticos, como forma de desencanto quanto aos rumos tomados pela ditadura militar brasileira, da qual o intelectual em questão foi partidário e entusiasta. Propomos situar a discussão em dois níveis complementares: 1) a tecnocracia como processo de degeneração sofrido pela ditadura; 2) a tecnocracia como processo nocivo mais geral que significa o repúdio às formas religiosas e políticas do passado.
Palavras-chave: Galvão de Sousa, intelectuais católicos, ditadura militar, tradicionalismo católico.

Abstract: The text seeks to understand intellectual José Pedro Galvao de Sousa's traditionalist thinking from a specific viewpoint: a technocratic regime-structured critique as a way of showing disenchantment towards the directions taken by the Brazilian military dictatorship, of which the intellectual in question was a follower and enthusiast. Our proposal is to focus the discussion in two complementary levels: 1) technocracy as a degeneration process suffered by the dictatorship; 2) technocracy as a harmful and more general process meaning repudiation of past-related religious and political forms.

Keywords: Galvao de Sousa, catholic intellectuals, military dictatorship, catholic tradition.

Introdução

A história do pensamento político e religioso das correntes conservadoras do catolicismo situadas à direita do pólo ideológico tem sido alvo de contínua reconstituição dos estudiosos comprometidos com a história intelectual articulada a uma história social das ideias. O tradicionalismo católico é apenas uma dentre as inúmeras expressões doutrinárias e ideológicas que conformam o difuso, amplo e heterogêneo campo da direita conservadora, cujos discursos, representações e valores são avaliados sob escalas de classificação conceitual multiformes: conservadorismos liberal, reacionário e autoritário, republicano e anticlerical, teológico-político e filo-fascista. O termo “conservadorismo” é entendido aqui de acordo às considerações teóricas de Robert Nisbet (1987), que o situou no âmbito de uma “dogmática”

cuja base cosmológica é a desigualdade natural dos grupos sociais, com uma visão restritiva de sociedade e, por sua vez, perpassa várias modalidades de sentido: história e tradição, preconceito e razão, autoridade e poder, liberdade e igualdade, propriedade e vida, religião e moralidade.

Possivelmente, a combinação recíproca de alguns condicionantes gerais e específicos está a justificar tais demandas da historiografia contemporânea no sentido de abordar a polissemia dessas manifestações.

Num plano de maior alcance, o interesse pelo estudo dos movimentos de direita nunca deixou de ser relevante para os historiadores europeus, sobretudo, a partir do advento do fascismo, cujos estudos correram contemporâneos ao fenômeno (DE FELICE, 1977). Há três décadas, pelo menos, a ampla repercussão do crescimento eleitoral da extrema-direita na Europa é um fato que não pode ser negligenciado e as oscilações e mudanças na sua base social de apoio tem ocupado a pauta de cientistas sociais (MAYER, 2007; NORRIS, 2005a, 2005b, 2009). De igual modo, as tensões sociais que recrudesce o sentimento antiimigrantista, xenófobo e dessecularizado aparecem como fruto direto ou indireto dos conteúdos programáticos dos partidos de direita e extrema-direita (D'APPOLLONIA, 2007). No limite, a intensificação da intolerância e da violência de agrupamentos neofascistas, ao contrário do que sustentou Michael Mann (2008) que os sugeriu como de eclosão dispersa ou esporádica, ressoa continuamente favorecida tanto pela visibilidade eleitoral, quanto pelos multimeios de comunicação que auxiliam na disseminação de suas ideologias. Estes seriam argumentos suficientes a motivar os especialistas da temática a desentobrirem possibilidades de análise sobre a grande constelação de ideias e ações do conservadorismo, desde o mais moderado até o mais extremo.

No plano local, restritamente associado ao estudo do pensamento católico tradicionalista e conservador no Brasil, parece haver uma clara predominância de análises sobre o papel de sua antítese, isto é, dos movimentos da esquerda católica, ou corrente “progressista” do catolicismo, vinculados, direta ou indiretamente, a três experiências marcantes: a teologia da libertação, o *aggiornamento* moderado do Concílio Vaticano II, as teologias que se desenvolveram a partir das deliberações da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), principalmente, as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Assim como poderia ter se julgado que a tradição conservadora estivesse esquecida por conta de um presumível anacronismo nos seus modos de argumentação, assim também o papel dos

seus intelectuais “orgânicos”, das suas redes de pertencimento e sociabilidade, lugares de atuação, e das suas vozes mais influentes que receberam e difundiram no Brasil tradições análogas teria sido destinado ao confinamento. Deve-se ainda considerar no âmbito desse “esquecimento”, dois condicionantes: 1) o avanço das políticas afirmativas, ou o que as universidades norte-americanas convencionaram chamar no vocabulário político de “Political Correctness” a partir dos anos 1980; 2) o estabelecimento de um “consenso liberal” que promulga as mais exóticas alianças ideológicas em nome de um “bem” governar, apagando na superfície o dissenso próprio da ordem política.

Mais ou menos ofuscado pela academia, a lenta e gradual retomada dos estudos, e a consequente reavaliação sobre o protagonismo do catolicismo conservador e/ou antimoderno e de suas relações intelectuais com os contextos culturais e políticos, é observada, contudo, desde o início da década de 1990; sendo que na situação atual pode-se considerar tais estudos a caminho de configurarem uma tradição de pesquisa na historiografia brasileira.¹

O intelectual Galvão de Sousa e o projeto tradicionalista

A experiência do intelectual católico tradicionalista José Pedro Galvão de Sousa (1912-1992), foco principal de nosso texto, pode ser contada sob vários ângulos. Desde que se engajou no programa de restauração católica na década de 1930, mas, sobretudo, a partir de sua introdução no mundo do tradicionalismo hispânico, pelo contato e amizade que desenvolveu com o jurista espanhol Francisco Elías de Tejada y Spínola, ao final da década de 1940. Esse encontro iria marcar profunda e definitivamente a reflexão de Galvão de Sousa sobre a cultura, mais particularmente, quanto às suas teses no campo do direito, da história, e das suas percepções sobre o papel central do catolicismo tradicional na organização e ordenamento da sociedade.

Na década de 1950, ao lado de Tejada e do português Fernando de Aguiar fundou a revista bilíngue português-espanhol *Reconquista*, de duração efêmera. A tendência monárquico-tradicionalista da revista, hoje podemos afirmar com mais clareza, e sem recairmos numa legitimação retrospectiva, já sinalizava o projeto intelectual desenvolvido por Galvão de Sousa para as próximas quatro décadas, seja no campo da docência, seja no campo

¹ Citamos a seguir apenas alguns exemplos dessas interpretações que se dedicaram ao estudo das vertentes conservadoras: CASALI (1995), DIAS (1996), BEIRED (1999), RODRIGUES (2006), ZANOTTO (2007), GONÇALVES (2009), CALDEIRA (2011).

do periodismo católico, ou na relação que estabeleceu com as redes intelectuais que comungavam as mesmas sensibilidades e valores.

O estudo de Charles Antoine (1980) mostrou a interdependência doutrinária entre grupos como a TFP de Plínio Correa de Oliveira, o *Permanência* de Gustavo Corção e o *Hora Presente* encabeçado por Galvão de Sousa. Antoine ainda classificou e definiu a atuação de Galvão de Sousa, a partir da liderança que assumiu na revista católica *Hora Presente*, fundada em 1968, inspirada no pensamento integrista. O integrismo estaria ligado às correntes da mais profunda intransigência católica, em defesa da ortodoxia tradicional quando a chamada crise modernista assolou o catolicismo no início do século XX. Na verdade, as elites intelectuais católicas jamais entraram em consenso ou emergiram dessa zona de conflito entre tradicionalismo e modernismo, cujas ressonâncias se fazem sentir não somente pela vasta e importante literatura, mas também pela tessitura de campos ideológicos irreconciliáveis que foram abertos a partir de disputas desencadeadas pelas hegemonias discursivas no interior do catolicismo.

Quanto às elites católicas conservadoras, elas assumiriam, ao correr dos anos 1950, e mais enfaticamente, depois do Concílio Vaticano II, uma clara posição de antagonismo, menosprezo ou ressentimento diante das “novidades modernistas”, tal como foram interpretadas e colocadas em prática pelas correntes progressistas saídas do Concílio.

No cenário político, muitos dos conservadores católicos constituíram grupos de pressão por meio de redes intelectuais – imprensa diária, periodismo, livros, cátedras de universidades – pelos quais denunciariam a erosão da doutrina tradicional da Igreja em face da política mundana, mas também marcariam uma posição de proximidade com os regimes políticos autoritários. Especialmente, fundou-se uma espécie de solidariedade ideológica com as ditaduras militares germinadas nas décadas de 1960 e 1970 em países como Brasil, Argentina e Chile. Tal solidariedade, fortemente vinculada ao temor da revolução e do surgimento de uma sociedade comunista, ateuista, ou minimamente mais igualitária, não negligenciava o apoio explícito das correntes católicas conservadoras a essas ditaduras, mesmo que a participação direta de seus intelectuais na configuração desses regimes tenha sido insignificante.

O projeto de maior fôlego e mais sistemático de Galvão de Sousa que estrutura a noção de tradição iniciou em 1948 no encontro com Francisco Elías de Tejada y Spínola. Como reitera Márquez (2010), parece ter sido decisiva tal amizade para configurar o que viria

a ser o conjunto da obra de Galvão de Sousa:

El año 1948 fue clave en la vida de José Pedro: traba conocimiento, que luego sería amistad fraternal hasta el final de la vida el profesor español, con Francisco Elias de Tejada [...] Desde ese momento, confirmadas sus coincidencias religiosas, políticas y jurídicas, José Pedro se convierte en abanderado del tradicionalismo ibérico en Brasil, toda vez que a sus lecturas de los integralistas portugueses (principalmente António Sardinha, que tanto le influyo) sumo desde entonces la de los tradicionalistas españoles, desde Juan Vázquez de Mella a Antonio Asparisi y Guijarro, de Juan Donoso Cortés a Enrique Gil Robles (MÁRQUEZ, 2010, p. 31).

Corroborar com Márquez, o inventário realizado por Nuñez (2001), que demonstra a ampla recepção dos textos de José Pedro Galvão de Sousa nos ambientes intelectuais do tradicionalismo espanhol, e a forte ligação que o pensador brasileiro construiu com a direita católica e monárquica da Espanha, cujas origens remontam à ideologia do legitimismo carlista do século XIX. Entre 1953 e 1992, Galvão de Sousa teve, na Espanha, 29 obras publicadas entre artigos e livros; 4 obras resenhadas por seus pares espanhóis e 10 estudos ou artigos específicos sobre sua obra (NUÑEZ, 2001, p. 232-233).

A tentativa de reunir intelectuais tradicionalistas que discutiam a cultura política, sobretudo, quanto às origens da erosão do mundo tradicionalista também irá buscar uma primitiva forma de consolidação no mundo luso-hispano-americano com a *Reconquista*, periódico que passa a ser publicado em 1950, com a colaboração de Spínola e do português Fernando de Aguiar. Além de Brasil, Espanha e Portugal, *Reconquista* era distribuída na Argentina, Chile, México, Peru e Uruguai buscando se inserir como um projeto amplo das ideias tradicionalistas cujo núcleo difundia o conceito de “hispanidade”, laço identitário que reunia – ou pretendia reunir – a herança cultural transmitida pela matriz ibérico-católica no processo formativo das Américas. Em sua edição de número 3 no ano de 1950, Galvão de Sousa publica o artigo “Política Tradicionalista e Política Revolucionária” no qual expõe o “mito” da política abstrata como um campo em que debater ideias, segundo ele, “é transportar-se para uma esfera onde positivamente não vivem os homens práticos” (GALVÃO DE SOUSA, 1950, p. 171).

Galvão de Sousa buscava em fontes da história do pensamento político hispânico a marca de duas concepções antagônicas do poder: uma que se poderia designar teológico-política, de matriz tradicional e inspirada na filosofia cristã, a qual inspirou a organização dos “povos civilizados pelo Cristianismo”. Outra era a concepção revolucionária do poder, “que

desponta com os precursores do protestantismo, atinge seu clímax com o pensamento de Rousseau e passa a exercer considerável influência no direito constitucional moderno” (GALVÃO DE SOUSA, 1950, p. 174).

Para marcar o paralelo entre as duas concepções rivais o intelectual julgava como imprescindível fixar com a devida precisão os conceitos de *tradicional* e de *revolucionário*. Tomando como base a leitura de autores tradicionalistas ibéricos como Teófilo Braga e Victor Pradera, o intelectual brasileiro apoiava a sua noção de tradição na unidade moral que ela proporcionava a uma comunidade nacional, bem como à importância atribuída ao passado “que sobrevive e tem virtude para se fazer futuro”. Tradição seria, neste sentido, a conservação intacta de algo passado que se entrega e transmite, desde que seja o representado pelas forças vitais que pudessem influenciar no presente.

Desse modo, diante de uma suposta acusação de passadismo e conservadorismo, ou de um termo que devesse se opor ao progresso, na ótica de Galvão de Sousa a tradição:

Não é passadismo, porque só aceita do passado as forças capazes de influir sobre o presente. Não é conservadorismo, porque no presente pode haver muito elemento contrário à tradição, ou mesmo tradições espúrias, que se formaram em detrimento das autênticas e sãs. Tradicionalista não é termo que se deva opor a progressista, a menos que se dê a este último o sentido particular atribuído, por exemplo, aos “cristãos progressistas” ou à “democracia progressista” (GALVÃO DE SOUSA, 1950, p. 175-176).

Na argumentação acima reside um dos pontos nodais da questão dos tradicionalistas, que os opõe *aos* e que os distingue *dos* “progressistas”. Tanto a oposição quanto a distinção se relacionam ainda, ao contexto emblemático no qual se insere um debate social específico: a forma de conceber a intervenção da religião católica na política.

De fato, a adesão sem reticências de Galvão de Sousa às teses do tradicionalismo veio a ocorrer no período em que se abriam para o catolicismo possibilidades amplas de renovação, ao mesmo tempo em que eram revitalizados sob nova fisionomia conflitos ideológicos, doutrinários e teológicos que recolocavam antigos problemas entre “tradicionalistas” e “modernistas”.

Ao longo dos anos 1950, uma gradativa abertura para o diálogo com outras igrejas cristãs pode ser evidenciada, a modo de um catolicismo mais reformista ou socialmente preocupado com as demandas populares. De acordo com Azzi (2008), houve por parte de alguns setores da Igreja católica, a iniciativa em colaborar de forma depurada com a ideologia

desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, tendo os prelados em várias ocasiões reafirmado a necessidade de sanar as graves injustiças sociais. Na década seguinte, receptivas a concepções teóricas provindas do campo marxista, as correntes “progressistas” do catolicismo brasileiro, então emergentes, organizadas em diversas associações (JUC, JOC, AP) defrontadas pela acelerada expansão do capitalismo industrial, a marginalização e miséria das populações, e o intenso movimento demográfico campo-cidade, defenderam como proposta uma simbiose de socialismo cristão traduzido na forma da revolução brasileira. O produto mais imediato desse postulado foi o definitivo rompimento doutrinário e ideológico com os grupos tradicionalistas, impregnados de um catolicismo herdeiro da tradição situada entre as reformas tridentinas (1545-1563) e o Concílio Vaticano I (1869-1870), e ainda, radicalizados pelas orientações não dissipadas da luta contra o modernismo católico de início do século XX.

De intelectual apologista das reservas tradicionais de uma sociedade cujo fundo comum fosse o catolicismo, Galvão de Sousa também passaria a ser entusiasta e promotor de uma filosofia política tradicionalista, intransigente e hierárquica. Nela, se apoiava para rejeitar o abstracionismo do número, a concepção individualista da sociedade política somente possível no advento dos Estados liberais, no sufrágio universal, e na participação das massas nesse processo.

Tanto Mannheim (1972), em estudo clássico da década de 1920, quanto Nisbet (1987), descreveram com propriedade a atitude mental dos conservadores em face das ameaças que representam as mudanças estruturais nas sociedades. O primeiro, recuando ao esfacelamento da concepção objetiva de mundo conforme concebida na idade média, quando os homens tentavam se moldar aos objetos porque estes espelhavam a vontade de deus e se colocavam na base primordial do pensamento. Esta era a cosmologia pré-humanista. O segundo, partindo de Edmund Burke, operou densa argumentação sobre a importância dada pelos conservadores a grupos como a família, a Igreja, a comunidade local; e demonstrou o liame histórico que se construiu no pensamento conservador em torno de temáticas chaves, mesmo que muitos dos célebres pensadores do conservadorismo contemporâneo (Burke, Bonald, De Maistre, Donoso Cortés, Coleridge, Spengler etc.) estivessem situados em tradições filosóficas díspares e antagônicas entre si.

O Estado Tecnocrático de José Pedro Galvão de Sousa pode servir de exemplo a congregar tendências conservadoras que, operadas como recurso crítico às sociedades

modernas, é, em simultâneo, um programa de ideias ancoradas a expectativas e angústias de um intelectual católico sobre o “tempo da dupla revolução”: técnica e política. Publicado em 1973 e discutido na seção seguinte, representa uma síntese e grande metáfora de Galvão de Sousa no que toca à sociogênese do Estado moderno, e no qual estão convergentes para mais ou para menos formulações de Mannheim e Nisbet, mesmo que Galvão de Sousa prescindia de citá-los, ou por defasagens cronológicas ou por adversidade teórica. Sobretudo, nossa hipótese é de que *O Estado Tecnocrático* se apresenta como um modo subliminar de desilusão frente aos rumos tomados pela ditadura militar no Brasil.

Galvão de Sousa e o Estado Tecnocrático

Na crítica que opera do Estado moderno, ao mesmo tempo em que pretende exaltar os vínculos tradicionais de uma comunidade enlaçada pelos grupos naturais, Galvão de Sousa percebe a ideologia tecnocrática como o ponto extremo a que chegaram os sistemas de poderes desde a Revolução francesa. Somente a centralização efetuada no marco do movimento francês foi capaz de erodir a experiência regulada pelos grupos naturais autogestionados em seus corpos intermediários (família, corporações de profissionais, Igreja, e seus respectivos costumes e tradições). O pleito de Galvão de Sousa era por um Estado forte, mas descentralizado, e que favorecesse uma comunidade política orgânica e “vitalmente formada pelos grupos intermediários” (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p. 107). Distinto do Estado fascista do século XX, que absorvia e aniquilava as funções comunitárias, colocando-as sob sua órbita e desaguando no totalitarismo, o Estado corporativo imaginado de Galvão era uma utopia voltada para o passado medieval tradicional, atualizada para o presente, e definida com admirável precisão por Robert Nisbet. Este autor localizou e comparou em pensadores filosoficamente distanciados, desde o catolicismo social até ao coletivismo anarquista, expressões que conduziam a uma idealização da idade média como fonte provedora de modelos políticos pluralistas, descentralizados e associativistas com autonomia suficientemente robustecida diante do Estado. Esta seria uma das tônicas integradoras nas teses desenvolvidas por Galvão de Sousa n’*O Estado Tecnocrático*. Além disso, esta sociedade corporativista desvinculada do assédio do Estado se constitui em premissa chave dos grupos intelectuais que se relacionam nas redes de sociabilidade transnacionais apoiadas nas concepções do tradicionalismo hispânico, e em torno de um nostálgico legitimismo

carlista, dos quais, Galvão de Sousa era adepto e intelectual responsável pela recepção e difusão no Brasil desde os anos 1950.

Quando ocorreu o golpe militar de 1964, Galvão de Sousa, assim como boa parte das elites católicas dos centros urbanos e da hierarquia eclesiástica apoiaram o movimento em nome de um projeto de perfil salvacionista que deveria redimir o Brasil do risco de mergulhar num regime comunista. Interessa notar que Galvão de Sousa antes do golpe tinha postulado um Estado de “Segurança Nacional”, de acordo com a mentalidade autoritária e anticomunista vigente nas nossas elites mais tradicionais, e em conformidade à atmosfera criada pela guerra fria. No ano de 1962 escreveu um artigo para a revista *Convivium* sob título “A problemática da segurança nacional”. Nele, assumia as posições tradicionalmente desenvolvidas pela DSN como antídoto a frear a desintegração do ocidente em face da guerra revolucionária e total em andamento.

Em 1964, chegou a flertar com o regime imposto no propósito de inserir-se na condição de “intelectual orgânico”. Este seu intento teria sido neutralizado pela repugnância dos militares a certo tipo de intelectualismo que não se combinava com a intenção – ou falta de intenção – da ditadura que enveredou a prestigiar uma tecnocracia de direita. Segundo comenta Márquez (2010, p. 34) Galvão de Sousa “confiava em poder influir suficientemente en el estamento militar, instruyéndolo en la medida de lo posible para que fuera vehiculo de introducción del tradicionalismo en Brasil”. Recuando desse desejo, todavia, sua colaboração fez-se por meio do periodismo católico, ao fundar, em 1968, a revista *Hora Presente*, reduto de tradicionalistas anticonciliares, núcleo crítico do progressismo católico e “subversivo”, e difusora do tradicionalismo hispânico de extrema direita no Brasil.

N’*O Estado Tecnocrático* deriva para uma crítica cuja natureza era desconstruir o condicionamento dos Estados modernos à sociedade de massas e ao dirigismo estatal. Embora considerasse que as transformações da era tecnológica – como se referia à situação histórica – estavam a ocorrer em variados países e sob diferentes polos ideológicos, aproximando regimes de direita e esquerda, o intelectual pensava no predomínio crescente de técnicos no governo e na administração decorrentes de razões mais profundas do que somente as de natureza política, econômica e técnica: era uma crise cósmica porque originada do aniquilamento progressivo de valores impulsionado no âmbito do Estado moderno.

Propomos situar a crítica do intelectual em dois níveis complementares: 1) a tecnocracia como um processo de degeneração sofrido pela ditadura militar; 2) a tecnocracia

como um processo nocivo mais geral significando o repúdio às formas religiosas e políticas do passado. Tentamos iniciar pelo segundo nível, para em seguida verticalizar a questão na problemática da ditadura brasileira.

Galvão de Sousa define a tecnocracia como um governo de técnicos. A expressão lançada nos Estados Unidos no princípio da primeira guerra mundial generalizou-se na época do *New Deal* (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p. 84). Como defendia Galvão, regimes diferentes podiam ser emparelhados por traços salientes na administração e mesmo na organização do poder como os Estados Unidos (capitalista), a União Soviética (socialista) e a Alemanha nazista. A ideia dominante de um Estado tecnocrático era a manipulação do poder por especialistas ou homens habilitados a conceber e pôr em prática os planos gestores, organizando-se o Estado somente em torno da eficácia econômica, nos moldes de uma grande empresa. De modo que a tecnocracia radicava de um governo de técnicos adestrados na economia, porém absorvendo a função política, e em que as razões do Estado eram determinadas pelas exigências tão somente do desenvolvimento econômico. A tecnocracia, desse modo, era a disjunção de administração e da política feita por estadistas, e na qual, a ação governativa delegava-se aos técnicos, únicos em condições de organizar e gerir os sistemas administrativos metamorfoseando o Estado numa macro-empresa.

Dentro de um processo nocivo mais geral que degenerou em tecnocracia, “Uma cultura baseada nos mais altos valores humanos foi sendo, aos poucos, sobrepujada pela civilização do *homo oeconomicus* e do primado da técnica” (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p.111). Ora, nessa crítica, Galvão de Sousa destacava que havia uma incompatibilidade entre humanismo – embora não se arrisque a afirmar que o humanismo pleiteado fosse de base cristã por receio a uma equivalência com o ecumenismo, do qual era adversário – e tecnocracia. A tecnocracia era situada como “hiperestimação” dos processos de racionalização, cujas consequências eram desastrosas para a vida humana:

Mas este calamitoso resultado não decorre necessariamente do progresso técnico. A cibernética e a informática, que tão largos passos vieram permitir nos processos racionalizadores, poderiam, desde que bem empregados, contribuir para libertar o homem de certas operações mecânicas e proporcionar-lhe condições propícias a um revigoramento da sua interioridade. O homem em vez de ser sujeito perverte-se em objeto. A racionalização deixa de favorecer o aperfeiçoamento da pessoa humana e torna-se um fator tendente a aniquilar a vida do espírito (GALVÃO DE SOUSA, 1973. p. 113).

Eis aí um dado que irá conformar a tecnocracia como um processo nocivo geral, cujo caso limite do poder tecnocrático era pinçado da “Rússia soviética”, Estado ateu e comunista. Este era um mundo social de coletividade mecanizada e sujeita ao controle do poder onipresente do mais extremo dirigismo estatal. A plena consumação de um estado tecnocrático se devia a três operações desencadeadas pelo Estado soviético: 1) eliminação dos proprietários como dirigentes da vida econômica; 2) instalação dos técnicos nos postos de direção da produção econômica; 3) fusão dos poderes econômico e político pela estatização total da economia. Na ótica de Galvão de Sousa, a sociedade sem classe apregoada pelo Estado socialista era o último termo de um simulacro que fazia emergir, objetivamente, uma casta de burocratas e técnicos subordinando as massas e sendo por essa casta manipuladas.

Como se pode extrair dessa crítica uma base de reflexão mínima para integrá-la ao contexto histórico da ditadura militar brasileira? Ou, de outra forma, o Brasil da ditadura militar encaminhava a configurar-se como um Estado tecnocrático?

Lembremos que as ações preliminares tomadas pela ditadura se constituíram em leque amplo de uma política que passava pelo expurgo sumário das classes políticas e de militares virtualmente opositores, materializado pelo Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. Se no plano da política, era claro o propósito de afastar qualquer tipo de dissidência ou risco de manter em circulação os grupos que poderiam oferecer resistência à “revolução vitoriosa”, no campo mais específico da administração pública a ditadura norteou suas ações por uma estratégia de combater a crise econômica desencadeada desde o início da década de 1960. Neste sentido, além das reformas fiscal, creditícia, trabalhista, educacional a inserção de uma tecnocracia de liberais à direita no comando do Estado coincidiu com a criação de um repertório de instituições que proporcionaram embasamento a um dos pressupostos do regime: expandir os fluxos de capital, elevar investimentos diretos das empresas transnacionais, facilitar a captação de empréstimos em dólar para financiar o crescimento econômico ou déficits na balança de pagamentos (PRADO, EARP, 2003). O campo da tecnocracia não vicejou apenas na política voltada a implantar um projeto desenvolvimentista. A ideologia tecnocrática esteve subjacente ao campo das reformas educacionais, marcadas tanto pelo modelo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro adotado a partir de 1964, quanto pela teoria econômica do "capital humano" (FERREIRA JR., BITTAR, 2008, p. 333).

A ditadura também se servirá da colaboração de muitos intelectuais notoriamente

vinculados a uma corrente liberal conservadora na implementação dessas políticas como Octávio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen, em diversas temporalidades e com pensamentos ligeiramente diferenciados sobre como consolidar a experiência do “milagre”.

Para Galvão de Sousa, a continuada presença de técnicos na gestão do Estado militar em desfavor da prudência inerente à administração pública significava, taxativamente, o fracasso da classe política.

Expurgos, cassações e perseguições representariam a total incapacidade dos políticos, sobrepujados pela “competência” dos técnicos:

Cabe também formular uma interrogação: existiria a sociedade de massas de nossos dias – isto é, das massas tangidas pelos ditadores e demagogos – se não fosse precedida pela decadência das elites dirigentes acarretando o envelhecimento da classe política? Da fidelidade das elites à sua missão depende, em boa parte, a conservação da estrutura social, cuja destruição leva à sociedade de massas (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p. 87-91).

Malgrado a alusão aos ditadores e demagogos, Galvão de Sousa era parcimonioso nas críticas à ditadura militar, tangenciando seu desagrado pela metáfora que responsabilizava um poder legislativo combalido e desmoralizado para justificar o movimento de 31 de março de 1964. Graças a um executivo forte, onisciente e onipotente, o Brasil ainda não tinha descambado para o estado tecnocrático, no entanto, poder-se-ia entender que estava a meio caminho, desde que não houvesse uma reforma política das instituições. Esse reformismo gradualista proposto por Galvão de Sousa passava já pela dinamização de diferentes setores da vida nacional, “sob a direção de um governo independente e forte, não manejado por grupos de pressão internos, nem sujeito a interesses estrangeiros” (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p. 108). Ao invés de um governo de técnicos, um governo forte que se utilizasse da colaboração destes com vistas “aos superiores objetivos nacionais” (GALVÃO DE SOUSA, 1973, p. 109).

O intelectual retomaria o tema na década de 1990, quando houve a publicação póstuma do seu *Dicionário de Política* (1998). Ali, no verbete “Tecnocracia” evocaria algumas teses desenvolvidas no texto de 1973, porém, seria mais claro quanto à posição assumida na ditadura militar. Reconhecia que a partir de março de 1964, a tecnocracia começou a tomar vulto, mas que a ideologia era partícipe dos imperativos de segurança nacional. Como o governo não podia pretender resolver todos os problemas e realizar todas as

reformas, coube-lhe, pois, “recorrer aos especialistas dotados de conhecimentos teóricos e de experiência nos diversos ramos da administração” (GALVÃO DE SOUSA, 1998, p. 516). Ponderava que não cabia falar em domínio de uma tecnocracia no Brasil, visto que as decisões políticas pertenciam exclusivamente ao presidente da República. Ao mesmo tempo, alertava – para reafirmar esse caminho intermediário – que a tendência da tecnocracia, e o Brasil não se constituía como exceção, consistia de, ao lado do poder político, formar uma hierarquia paralela de técnicos sem responsabilidade funcional, cuja influência chegou a superar a dos ministros de Estado e a dos altos funcionários.

O grande silêncio do intelectual na reflexão sobre o meio termo entre tecnocracia e política que norteava as relações do Estado no Brasil foi quanto à degenerescência da ditadura e sua derivação para um Estado terrorista que atingiu seu ponto de clímax no contexto em que Galvão de Sousa publica *O Estado Tecnocrático*.

Nenhuma palavra dita, nenhuma ação empreendida, nenhuma linha escrita sobre a hipertrofia do poder autoritário no aparelhamento da repressão e na cada vez mais refinada coordenação de atividades das diversas organizações policiais e militares de segurança interna. Neste sentido, Galvão de Sousa elude discernir duas vertentes complementares da tecnocracia: uma voltada para a administração dos planos e metas de desenvolvimento econômico – da qual o PAEG (Plano de Ação Econômico do Governo) foi a expressão – e outra voltada para a administração da repressão política, a partir das medidas de centralização da segurança, monitoramento e controle dos grupos opositores estabelecida nos marcos legais pelo fenômeno do “decretismo”, cuja expressão máxima talvez tenha sido a OBAN. Foi dentro desse contexto, ou seja, quando o Estado militar degenera para o Estado terrorista, com violência, tortura e esquadrões da morte institucionalizados – como definiu Huggins (1998) – que Galvão de Sousa adotou um silêncio cúmplice. Optou por discutir aquilo que na sua ótica era a variável mais extrema assumida pelo Estado racionalista moderno – a tecnocracia no sentido de um paradigma meramente administrativo – a modo de defender a restauração de um modelo nostálgico de regime corporativista.

Referências

ANTOINE, C. O integrismo brasileiro. Trad. de João Guilherme Linke. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1980.

AZZI, R. História da Igreja no Brasil 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEIRED, J. L. B. Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

CALDEIRA, R. C. Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico no Concílio Vaticano II. Curitiba: CRV, 2011.

CASALI, A. Elite intelectual e restauração da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1995.

D'APPOLLONIA, A. C. Xenofobia y Extremas Derechas en Europa. In: SIMÓN, Miguel Angel (Ed.). La Extrema Derecha en Europa desde 1945 a nuestros dias. Madrid: Tecnos, 2007, p. 187-203.

DE FELICE, R. Explicar o Fascismo. Trad. de Carlos Veiga Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1977.

DIAS, R. Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: UNESP, 1996.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cad. Cedes. Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T.; GALVÃO DE SOUSA, J. P. Dicionário de Política. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998, p. 515-1-517.

GALVÃO DE SOUSA, J. P. O Estado Tecnocrático. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. A problemática da segurança nacional. Convivium. São Paulo, p. 29-43, jul./ago. 1962.

_____. Política Tradicionalista e Política Revolucionária. Reconquista – Revista Bilíngue de Cultura. São Paulo, v. I, n. 3, p. 171-183, 1950.

GONÇALVES, M. As tentações integristas. Um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil 1908-1937. 2009. 364 f. Tese(Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História (PGHIS/UFPR), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HUGGINS, M. K. Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

MANN, M. Fascistas. Trad. de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Trad. de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MÁRQUEZ, J. J. A. Hacia un Estado Corporativo de Justicia. Fundamentos del Derecho y del

Estado en José Pedro Galvão de Sousa. Barcelona: Atelier Libros, 2010.

MAYER, N. La dinámica electoral del Front National: las elecciones del 21 de abril de 2002. In: SIMÓN, Miguel Angel (Ed.). La Extrema Derecha en Europa desde 1945 a nuestros días. Madrid: Tecnos, 2007, p. 365-383.

NISBET, R. O Conservadorismo. Trad. de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NORRIS, P. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. Revista OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, v. XI, n. 1, p. 1-32, Março 2005.

_____. Radical Right: Parties and Electoral Competition. New York: Cambridge University Press, 2005.

_____. Derecha radical. Votantes y partidos en el mercado electoral. Trad. de Josep Ventura López. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

NUÑEZ, E. C. Galvão de Sousa en España. In: DIP, Ricardo (Org.). Tradição, revolução e pós-modernidade. Campinas: Millenium, 2001, p. 197-233.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – o regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241.

RODRIGUES, C. M. A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1932-1945). São Paulo: Autêntica, 2006.

ZANOTTO, G. Tradição, Família e Propriedade (TFP): As idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995). 2007. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.